

## Dois momentos da geolinguística no Brasil

APFB e ALiB

Jacyra Mota

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MOTA, J. Dois momentos da geolinguística no Brasil: APFB e ALiB. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., orgs. *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 509-518. ISBN 978-85-232-1230-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.



# Dois momentos da geolinguística no Brasil: APFB e ALiB

Jacyra MOTA

Universidade Federal da Bahia / CNPq

## Introdução

A Geolinguística no Brasil inicia-se, oficialmente, através do conhecido Decreto n° 30.643, de 20 de março de 1952, que fixa como um dos principais objetivos da Comissão de Filologia da então criada Casa de Rui Barbosa a elaboração de um atlas linguístico do Brasil, de modo a colocar o país entre aqueles que, àquela época, já dispunham de um Atlas nacional, como se lê no 3° parágrafo:

A Comissão de Filologia promoverá pesquisas em todo o vasto campo de filologia portuguesa-fonologia, morfológicas, sintáticas, léxicas, etimológicas, métricas, onomatológicas, dialetológicas bibliográficas, históricas, literárias, problemas de texto, de fontes, de Autoria, de influências, sendo sua finalidade principal a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil.

A prioridade de elaboração do Atlas Linguístico do Brasil é retomada pela Portaria n.° 536, de 26 de maio do mesmo ano, que regulamenta o citado Decreto.

Ao lado desse Decreto, a Geolinguística brasileira conta, durante a década de 50 do século passado, com uma série de esforços empreendidos por diversos pesquisadores, quer na elaboração de obras que servirão de base a trabalhos futuros, quer em ações diretamente dirigidas à criação de uma mentalidade dialectológica, tal como preconizava Silva Neto, como a participação em congressos nacionais e internacionais e a organização de cursos de Dialectologia, em diversas universidades brasileiras.

Chega-se, assim, ao ano de 1961, um dos momentos aqui destacados, data de publicação do *Atlas brévio dos falares baianos (APFB)*, primeiro atlas linguístico brasileiro, que tem como autores, além de Nelson Rossi, seu idealizador, as então recém-graduadas

Dinah Isensee<sup>1</sup> e Carlota Ferreira e, entre as colaboradoras, Rosa Virgínia Mattos e Silva,<sup>2</sup> a homenageada neste Congresso.

## 1 O *Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)*

Ao iniciar no Brasil os projetos de natureza geolinguística, o *Atlas prévio dos falares baianos* também inaugura, na área de Letras da UFBA, a participação de estudantes em trabalhos de pesquisa, como observa Nadja Andrade, em comunicação ao *I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia*, realizado em Porto Alegre, em 1958:

O marco inicial das pesquisas dialetais que se vêm fazendo na Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia foi um exercício de campo realizado em Portão, no dia 1º de novembro de 1957.

Tratava-se da primeira aplicação de um questionário linguístico experimental constante de 2.965 (duas mil novecentas e sessenta e cinco) perguntas, elaborado com a colaboração dos alunos, num desdobramento a um outro apresentado que apenas enumerava as áreas semânticas a abordar.

Em 1958, são realizados os inquéritos linguísticos preliminares em Bom Despacho e, em 1959, em São José das Itaporocas, Tanquinho e São Vicente, contando sempre com a participação de estudantes, alguns dos quais se integrariam definitivamente à equipe para a elaboração do *APFB*.<sup>3</sup> A análise dos dados obtidos nesses inquéritos (com a utilização de um questionário amplo, com mais de 3.000 questões), juntamente com a discussão dos “Aspectos do léxico regional da Bahia”, apresentado no *IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, realizado em Salvador, em 1959, irão fornecer os subsídios necessários à elaboração do Extrato de Questionário que será aplicado nas 50 localidades baianas que constituem a rede de pontos do *APFB*. Esse Extrato de Questionário consta de 182 questões, dirigidas, em sua maioria, à depreensão da variação semântico-lexical.

Como obra pioneira no Brasil, o *APFB* é um atlas monodimensional, perspectiva metodológica seguida na época pela Geolinguística, embora se tenha procurado inquirir mais de um informante por ponto, como observa Rossi (1965, p. 35), no volume de Introdução:

Inquirir dois informantes em uma localidade pode em muitos casos atenuar os riscos de tomar como geral o que é individual. Sobretudo para nós, que intentávamos verificar basicamente (e previamente), a existência ou inexistência, o conhecimento ou desconhecimento, de um número limitado de formas que nos pareceram dotadas de interesse – puramente lexical, semântico ou fonético – dialetal.

1 Atualmente Dinah Callou, professora da UFRJ.

2 Citam-se, à pág. 4 do *APFB*, como colaboradoras “na execução final das cartas”, além de Rosa Virgínia Barreto de Mattos Oliveira (hoje, Mattos e Silva), Nadja Maria Cruz de Andrade e Vera Lúcia Reis Moreira Sampaio.

3 São eles, além de Carlota Ferreira e Dinah Isensee, já citadas: Ana Maria Garcia, Cyva Leite, Edelweiss Nunes, Josefina Barletta, Judith Freitas e Tânia Pedrosa.

Os informantes deveriam ser, preferentemente, “de sexo, idade e outras características individuais diferentes”, como se lê à p. 36 da mesma obra.

Em 44 das 50 localidades, foi possível a inclusão de mais de um informante, e, em duas delas – Rio Fundo (ponto n.º. 03) e Velha Boipeba (ponto n.º. 06), – foram interrogados 3 informantes que se distribuíram, como programado, por três faixas etárias: a primeira, com menos de 40 anos, a segunda, até 50 anos e a terceira, à volta de 60 anos. Em Vila de Abrantes (ponto n.º. 05), que, como observa Ferreira (1998, p.19), “funcionou como ponto teste”, foram ouvidos 6 informantes, 3 do sexo feminino e 3 do sexo masculino.

Dificuldades de acesso a algumas localidades, assim como a decisão de não prolongar muito a fase de levantamento do *corpus* – ocorrida entre 31 de outubro de 1960 e 7 de abril de 1961 – fizeram com que, em 6 pontos, apenas um informante fosse entrevistado e a distribuição diagenérica e diageracional não se estendesse a toda a rede. No total, foram inquiridos 43 homens e 57 mulheres, com idades entre 25 anos (4 informantes) e 84 (1 informante), situando-se a maioria em uma faixa entre 39 e 69 anos.

Quanto à escolaridade, “os informantes eram, na sua maioria, analfabetos (75) e a identificação de alguns como semialfabetizados praticamente não os opõe aos outros. Dizer-se semialfabetizado significa quase sempre assinar seu próprio nome e haver passado, precariamente, pela escola” (FERREIRA, 1998, p. 20).

O adjetivo *prévio*, colocado em seu título, documenta a preocupação com os resultados apresentados, como explicita Rossi (1965, p. 50), no trecho:

Queremos ser os primeiros a proclamar a relatividade da documentação contida nas cartas e a recomendar tôdas as precauções no seu aproveitamento. Mas lembramos que não nos propusemos realizar o Atlas da Bahia, e sim *um* Atlas a que lealmente denominamos *prévio*, e ainda que não poupamos esforços para fornecer ao leitor todos os elementos, ao alcance de nossas previsões, que lhe permitissem controlar os resultados oferecidos, dosando pela medida de suas próprias exigências, posição teórica ou interesse específico, a confiança que entenda pôr na informação que transmitimos.

O *APFB* ressentia-se, também, da ausência, no Brasil do início da década de 1960, dos recursos técnicos necessários ao registro dos dados *in loco* (aparelhos gravadores, portáteis, possíveis de serem levados ao campo), valendo-se, então, da transcrição direta, feita manualmente no momento do inquérito.

Quanto à preparação dos originais, após a transcrição, a mão livre e a lápis, de cada carta linguística, o elenco de formas transcritas foi passado a desenhistas que, com o auxílio de normógrafos, puderam prepará-lo para ser, posteriormente, fotografado e colado, também manualmente, nas cartas a serem impressas.

Sobre as dificuldades dessa fase, diz Rossi (1965, p. 39):

Não é fácil, contando assim, dar uma idéia do que custava descobrir como utilizar os normógrafos disponíveis para chegar a um desenho aceitável dos sinais de transcrição que eles não continham. Foi necessário, muitas vezes, conjugar duas e até três régua 25 AB, 35 AB e 45 AB (Rosenhain), como se pode ver dos exemplos que se seguem:

α sinal de *etc* da régua 25<sub>AB</sub>, parte de baixo, ligeiro retoque.

ε sinal de *etc* da régua 25<sub>AB</sub>.  
o o da régua 35<sub>AB</sub> sem fechar.  
j j da régua 35<sub>AB</sub>, completando.  
λ k (invertido) da régua 45<sub>AB</sub>, deixando a parte de cima do lado esquerdo, ligeiro retoque.

z z da régua 35<sub>AB</sub>, completando com o y.

No comêço, o processo era lento e difícil. Depois de algum tempo tornou-se menos penoso. Mas nem sempre foi possível conseguir a pena exata que se utilizou inicialmente e, o que é pior, fomos forçados a substituir o primeiro desenhista por dois outros, de modo que nem assim se evitou de todo a irregularidade no desenho dos sinais.

O *APFB* contém 11 cartas introdutórias e 198 cartas linguísticas, 44 das quais são resumos de cartas anteriores. As cartas se apresentam, em sua maioria, em transcrição fonética e algumas delas trazem notas onde se encontram, em transcrição grafemática, trechos da fala do informante, com dados socioculturais, como, por exemplo, a propósito do vocábulo *reimosa* para *comida, fruta nociva* (carta 42): “quando a pessoa está suada, não deve comer nenhuma fruta porque é *reimosa*” (ponto 2, informante masculino); “lima é *reimosa* para gripe” (ponto 48, informante masculino); ou com relação a *lambedor* para *xarope caseiro* (carta 96): “feito em casa, com mel e fôlhas ou raízes” (ponto 7, informante masculino) e “junta de tudo e põe rapadura, gengibre, cravo” (ponto 25, informante feminina).

Destaca-se a importância do *APFB*, não só por haver possibilitado um maior conhecimento da área, especialmente de grande parte do chamado falar baiano, na conhecida proposta de Nascentes (1953), fornecendo dados empíricos sistematicamente recolhidos e analisados, mas também pelo incentivo ao desenvolvimento da área de estudos dialectológicos e, especialmente, geolinguísticos no Brasil. Comprova essa importância o surgimento de diversos projetos de atlas regionais, muitos dos quais se encontram hoje publicados, ao lado de artigos, dissertações, teses e comunicações a congressos.

Os atlas publicados aí referidos são: o *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais (EALMG)*, em 1977; o *Atlas linguístico da Paraíba (ALPb)*, em 1984; o *Atlas linguístico de Sergipe (ALS)*, em 1987;<sup>4</sup> o *Atlas linguístico de Sergipe II (ALS II)*, que, apresentado como tese de Doutorado, em 2002, e publicado em 2005, retoma parte do *corpus* registrado em Sergipe, em 1967 e 1968, à época da elaboração do 1º. volume do *ALS*; o *Atlas linguístico do Paraná (ALPr)*, em 1996; e o *Atlas linguístico-etnográfico da região Sul do Brasil (ALERS)*, em 2002.

A perspectiva bidimensional nos estudos geolinguísticos, possibilitando análises da variação diagenérica, vai se iniciar com o primeiro *Atlas linguístico de Sergipe*, que, embora siga muito de perto a metodologia do *APFB*, inclui informantes masculinos e femininos, em todos os pontos. Entre os demais atlas acima citados, configuram-se, também, como bidimensionais o *Atlas linguístico do Paraná*, de autoria de Vanderci Aguilera, apresentado como tese de Doutorado, em 1990 e o *Atlas linguístico de Sergipe II*. Quanto ao *ALERS*,

4 Apesar de ter seus originais prontos em 1973, o *ALS* só será publicado 14 anos mais tarde.

primeiro atlas a se estender por toda uma região, os inquéritos realizados na área urbana dos três Estados que o integram, preveem a bidimensionalidade, com a introdução de informantes de diferentes graus de escolaridade (analfabeto, com o 1º. grau completo e com o 2º grau), o que não se apresenta, ainda, no 1º volume de cartas publicado.

## 2 O projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)

O *Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)*, implantado em novembro de 1996, pode ser considerado como o marco inicial de uma nova fase na Dialectologia Brasileira, como propõem Cardoso e Mota (2006), considerando, como pontos definidores da mudança observada na Geolinguística Brasileira em fins do século passado e início do século XXI:

- a) a retomada do projeto de realizar-se um atlas nacional, levando em conta a existência, entre fins do século XX e início do XXI, das condições que Silva Neto, Nascentes, Celso Cunha, Nelson Rossi, entre outros, não vislumbravam em meados do século passado;
- b) a introdução da perspectiva pluridimensional nos estudos geolinguísticos, superando a verdadeira ou suposta crise da geolinguística românica contemporânea, a que se referem Radtke e Thun, em simpósio realizado em Heidelberg, em outubro de 1991;
- c) a contribuição para o desenvolvimento da Geolinguística no Brasil, com a formação de novas equipes e o aumento do número de publicações – inclusive de atlas regionais – e de projetos na área, alguns como trabalhos de pós-graduação.

O projeto *ALiB* é coordenado por um Comitê Nacional, que reúne, atualmente, pesquisadores de dez universidades brasileiras – Suzana Alice Cardoso (UFBA), diretor presidente; Jacyra Mota (UFBA), diretor executivo, e os diretores científicos Abdelhak Razky (UFPA), Ana Paula Rocha (UFOP), Aparecida Isquerdo (UFMS), Cléo Altenhofen (UFRGS),<sup>5</sup> Felício Wessling Margotti (UFSC), Maria do Socorro Aragão (UFPB/ UFC), Mário Roberto Zágari (UFJF) e Vanderci Aguilera (UEL).

Do ponto de vista metodológico, introduzem-se outras dimensões, além da diatópica, como a diageracional, a diastrática e a diafásica, selecionando-se informantes de perfil diferente daquele que Chambers e Trudgill (1994, p. 57) identificam como NORM (*nonmobile, older, rural, males*), denominados HARAS (*homem, adulto, rural, analfabeto, sedentário*) por Zágari (1998). E, para a coleta de dados empíricos, aplicam-se tipos distintos de questionários, de modo a registrar-se também a variação diafásica ou estilística: questionários especificamente dirigidos à apuração da variação fonético-fonológica, inclusive prosódica (QFF), morfossintática (QMS), semântico-lexical (QSL), questões destinadas ao registro de elocuições espontâneas e leitura de texto que compõem o *Atlas linguístico do Brasil: Questionários 2001* (Comitê Nacional do Projeto ALiB, 2001).

Com relação à variação diarreferencial, preveem-se, nos questionários do *ALiB*, questões de natureza metalinguística, de modo a saber a opinião do informante sobre as variantes linguísticas características de sua área, de outras áreas ou de outras épocas,

5 Participava também do Comitê Nacional o Prof. Walter Koch (UFRGS), falecido em 2008.



conhecer preconceitos linguísticos e avaliar a coincidência ou não entre as variantes que ele utiliza e as que considera de maior prestígio ou mais estigmatizadas.

Análises preliminares vêm revelando o interesse do maior número de informantes e de sua estratificação quanto ao gênero, faixa etária e escolaridade, possibilitando que se verifiquem mudanças em curso no português do Brasil, como observa, por exemplo, Mota (2008), a propósito das realizações palatalizadas diante da vogal palatal alta (/i/), em vocábulos como *tio*, *noite*, *dia*, *tarde*, e da preferência pelas oclusivas dento-alveolares (em lugar das variantes identificadas como “africadas baianas”) depois da semivogal palatal (/j/), em vocábulos como *muito*, *doido*, em capitais do Nordeste:

Como resultados, destacam-se: [...] Indícios de mudança em curso, principalmente em Aracaju, em direção às variantes de maior prestígio: realizações palatalizadas diante da vogal palatal alta (/i/), e preferência pelas dento-alveolares depois da semivogal palatal (/j/), sobretudo em informantes mais jovens e de escolaridade universitária.

Também com referência às localidades, o *Projeto ALiB* se afasta da Geolinguística hoje considerada tradicional ao incluir cidades de médio e grande porte, inclusive todas as capitais de Estado, à exceção de Palmas e Brasília, em vista da data de formação dessas cidades.

A constituição do *corpus*, etapa ainda em andamento, já atinge 79,6% do total de 250 localidades e 81,4% dos 1.100 informantes previstos, incluindo-se nesse percentual os oito inquéritos de cada uma das 25 capitais que integram a sua rede de pontos. Conta-se ainda com a integralização de todos os inquéritos em 12 estados – Acre, Alagoas, Amapá, Goiás, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Paraná, Roraima, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe –, encontrando-se os demais em diferentes estágios quanto ao levantamento de dados.

Tendo-se priorizado, no desenvolvimento do projeto, os dados das capitais, com vistas à elaboração do 1º volume, encontra-se em andamento a fase de análises e de elaboração das cartas linguísticas, uma das quais se apresenta, a título de exemplificação, em anexo. Essa carta de natureza fonético-fonológica, ainda elaborada em caráter preliminar, refere-se à variação entre consoantes fricativas alveolares e palatais em coda silábica, nas 25 capitais. Para a sua elaboração, foram consideradas 15.459 ocorrências, distribuídas pela posição medial de vocábulo (9.232) e final diante de pausa (6.227), a partir das respostas válidas ao questionário fonético-fonológico e ao questionário semântico-lexical, que continham o segmento em causa, como, por exemplo: *fósforo*, *casca*, *estrada*, *rasgar*, *mesma*; *luz*, *arroz*, *dez*, *giz*, no QFF, e *arco-íris*, *espiga*, *vesgo*, *prostituta*, *estilingue*, *ônibus*, no QSL.<sup>6</sup> Desprezaram-se as ocorrências em final de vocábulo diante de consoante, como em *patas dianteiras*, *ônibus de viagem*, pouco representadas, face à estrutura do questionário do ALiB, que prevê, em geral, respostas monovocabulares.

6 Temas, respectivamente, das questões 031, 067, 088, 156, 009, 021 e 064 do QFF e das questões 017, 031, 045, 092, 142, 157, 200 do QSL.

As ocorrências foram transcritas, codificadas e submetidas ao programa para análise estatística dos dados GOLDVARB 2001,<sup>7</sup> embora, na versão aqui apresentada, sejam considerados os resultados em percentuais. A carta foi elaborada por Ana Regina Teles, professora da UFBA, membro da equipe *ALiB*-Bahia, que integra a Comissão de Informática e Cartografia dos Dados do *ALiB*.

Quanto à apresentação dos dados, pretende o *ALiB* figurar também entre os atlas ditos de 3ª. geração, introduzindo comentários às cartas linguísticas e fornecendo dados sonoros que possibilitem o acesso à própria voz do informante, como nos chamados “atlas falantes”. Nesse sentido, encontra-se em andamento a organização de um Banco de Dados, sob a responsabilidade de Daniela Barreiro Claro, professora do Departamento de Ciência da Computação da UFBA (Laboratório de Sistemas Distribuídos - LaSiD). A informatização de dados é também um dos objetivos de Convênio Interinstitucional firmado em 2009 entre a Universidade Federal da Bahia e a Université Paris XIII, coordenado pelos professores Jacyra Mota (UFBA) e Salah Mejri (Université Paris XIII), contando com a participação de pesquisadores das duas Universidades.

## Considerações finais

Os dois momentos da geolinguística brasileira aqui destacados, sem esquecer muitos outros que se interpõem, mostram, certamente, a contribuição de cada um deles para a formação, no Brasil, da “mentalidade dialectológica” que se buscava em meados do século passado. E se a soma de esforços de muitos pesquisadores, alguns autores de atlas regionais, possibilitou o surgimento do *Projeto ALiB* e o seu desenvolvimento até hoje, esse Projeto deu um impulso considerável à consolidação dos estudos dialetais no Brasil.

O desenvolvimento do *Projeto ALiB*, a partir de 1996, vai propiciar a formação de equipes de pesquisadores em várias universidades brasileiras, trazendo grande contribuição ao desenvolvimento dos trabalhos de cunho geolinguístico, no início do século XXI, entre os quais se destacam a elaboração de atlas regionais, alguns já publicados, como o *Atlas linguístico sonoro do Pará (ALISPA)*, em 2004, e o *Atlas linguístico de Mato Grosso do Sul (ALMS)*, em 2007; outros apresentados como teses de Doutorado, como o *Atlas linguístico do Amazonas (ALAM)*, em 2004; o *Atlas linguístico do litoral potiguar (ALLP)*, em 2007, o *Atlas fonético do entorno da Baía de Guanabara (AFeBG)*, em 2006, o *Micro-atlas fonético do Estado do Rio de Janeiro: uma contribuição para o conhecimento dos falares fluminenses*, em 2008, todas essas defendidas na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e o *Atlas linguístico do Paraná II (ALPR II)*, em 2007, tese defendida na Universidade Estadual de Londrina. Acrescentam-se vários projetos de atlas linguísticos em desenvolvimento, muitos orientados por pesquisadores ligados ao *Projeto ALiB*, com aproveitamento da metodologia que vem sendo utilizada nesse Projeto, além de dissertações, artigos e comunicações a reuniões científicas.

<sup>7</sup> Os dados foram transcritos, codificados e quantificados pelas então bolsistas Dijanice de Almeida Bessa (PIBIC), Grace Kelly Souza Evangelista (PIBIC) e Cláudia Santos de Jesus (PIBIC, AT/CNPq).



## Referências

- AGUILERA, Vanderci de Andrade (1996). *Atlas linguístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado.
- ALMEIDA, Fabiana da Silva Campos (2008). *Micro-atlas fonético do Estado do Rio de Janeiro: uma contribuição para o conhecimento dos falares fluminenses*. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ALTINO, Fabiane Cristina (2007). *Atlas linguístico do Paraná II (ALPR II)*. Tese de Doutorado. Universidade de Londrina.
- ANDRADE, Nadja (1958). Pesquisas dialetais na Universidade da Bahia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIALECTOLOGIA E ETNOGRAFIA, 1., Porto Alegre. Salvador, Universidade Federal da Bahia.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de; MENEZES, Cleuza Palmeira Bezerra de (1984). *Atlas linguístico da Paraíba*. Brasília: Universidade Federal da Paraíba; CNPq. 2 v.
- BRASIL. Decreto n.º 30.643, de 20 de março de 1952. Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre seu funcionamento.
- CARDOSO, Suzana. (2005). *Atlas linguístico de Sergipe – II*. Salvador: EDUFBA.
- CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter (1994). *La dialectología*. Tradução de Carmen Morán González. Madrid: Visor Libros.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB (2001). *Atlas linguístico do Brasil: Questionários 2001*. Londrina: Ed. UEL.
- CRUZ, Maria Luíza de Carvalho (2004). *Atlas linguístico do Amazonas (ALAM)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FERREIRA, Carlota (1998). Atlas prévio dos falares baianos: alguns aspectos. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). *A geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Ed. UEL. p. 15-29.
- FERREIRA, Carlota; FREITAS, Judith; MOTA, Jacyra; ANDRADE, Nadja; CARDOSO, Suzana; ROLLEMBERG, Vera; ROSSI, Nelson (1987). *Atlas linguístico de Sergipe*. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Fundação Estadual de Cultura de Sergipe.
- KOCH, Walter; KLASSMAN, Mário; ALTENHOFEN, Cleo (2002). *Atlas linguístico-etnográfico da região Sul do Brasil*. v. I – Introdução, v. II – cartas fonético-fonológicas. Porto Alegre/ Florianópolis/Curitiba: UFRGS/UFSC/UFPR.
- LIMA, Luciana Gomes de (2006). *Atlas fonético do entorno da Baía de Guanabara (AFEFG)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MOTA, Jacyra Andrade (2008). Como fala o nordestino: a variação fônica nos dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil. In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia; MARÇALO, Maria João; MICHELETTI, Guaraciaba; MARTIN, Vilma Lia de Rossi (Org.). *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: FFLCH-USP. v. 1.
- MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (2006). Sobre a Dialectologia no Brasil: para uma nova divisão dos estudos dialetais. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Org.). *Documentos 2: Projeto do Atlas Linguístico do Brasil*. Salvador: Quarteto.
- NASCENTES, Antenor (1953). *O linguajar carioca*. 2 ed. Rio de Janeiro: Simões.
- OLIVEIRA, Dercir Pedro (Org.) (2007). *Atlas linguístico de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Ed. UFMS.

PEREIRA, Maria das Neves (2007). *Atlas geolinguístico do litoral potiguar (ALLP)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RADTKE, Edgar; THUN, Harald (1996). Nuevos caminos de la geolingüística románica: un balance. Tradução de Norma Díaz. In: RADTKE, Edgar; THUN, Harald (Hrsg.). NEUE WEGE DER ROMANISCHEN GEOLINGUISTIK, *Akten des Symposiums...* Heidelberg/Mainz, 1991. Kiel: Westensee. p. 25-49.

RAZKY, Abdelhak (2004). *Atlas linguístico sonoro do Pará*. v. 1.1. Belém: CAPES / UFFPa / UTM.

RIBEIRO, José; ZÁGARI, Mário Roberto L.; PASSINI, José; GAIO, Antônio Pereira (1977). *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais*. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa / Universidade Federal de Juiz de Fora.

ROSSI, Nelson; FERREIRA, Carlota; ISENSEE, Dinah (1963). *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura - Instituto Nacional do Livro.

ROSSI, Nelson (1965). *Atlas prévio dos falares baianos. Introdução. Questionário comentado. Elenco das respostas transcritas*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura - Instituto Nacional do Livro.

ZÁGARI, Mário Roberto L. (1998). Os falares mineiros: esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Editora da UEL. p. 31-77.

